

Globalização, Multiculturalismo e Pluralismo: o nível de intolerância da população de Serra Talhada em torno da prostituição e da exploração sexual infanto-juvenil feminina

Aurenéa Maria de Oliveira¹, UFRPE
aurenea@yahoo.com.br

1. Globalização, Diversidade e Respeito às Diferenças

O cenário contemporâneo globalizado e multicultural tem sido marcado pela diversidade. Tal diversidade tem pedido a coexistência com as diferenças, diferenças estas que evidenciam sociedades plurais que pedem cada vez mais a tolerância e o respeito ao não-semelhante. O multiculturalismo/pluralismo existente atualmente tem, entre outros elementos, suas explicações assentadas na questão destacada por Mouffe (1993), segundo a qual, ao contrário do que se pensava, o fim do comunismo não conduziu a uma passagem, a uma transição suave para uma democracia pluralista; opostamente, o término de tal regime implicou no fato de as democracias assistirem atônitas à implosão de diversos tipos de conflitos que colocam em questão a concepção de universalismo, reacendendo o debate em torno deste e do particularismo².

Para Burity (1999), muitos dos conflitos atuais advêm do fato de a diversidade cultural apontar em termos políticos para a necessidade de reconhecimento nas esferas públicas dos direitos de determinados grupos excluídos, marginalizados, historicamente³, grupos que revelam ao político uma pluralidade de demandas que clamam por ser atendidas em uma democracia que acenou para todos com ideais até então empiricamente inconciliáveis de igualdade e de liberdade. Sobre essa diversidade Semprini (1997) coloca que ela é a "[...] resultante de um processo de mistura e de encontro de diferenças sem precedência na história da humanidade"⁴, processo esse denominado de multiculturalismo.

O debate acerca das diferenças abre espaço para a questão da inclusão social e do lugar das minorias e de seus direitos frente à maioria e ao regime democrático e dentro dessa discussão,

¹ Aurenéa Maria de Oliveira é graduada em Licenciatura em História pela UFRPE (1996), mestra em Ciência Política pela UFPE (2001) e doutora em Sociologia também pela UFPE (2006). No momento é professora adjunta I de Sociologia da **Universidade Federal Rural de Pernambuco** (Unidade Acadêmica de Serra Talhada). É também pesquisadora dos grupos de pesquisa inscritos no CNPq: "Pós-Estruturalismo, Política e Construção das Identidades" (UFPE/FUNDAJ) e do GEHISC - Grupo de Estudos sobre História Social e Cultural (UFRPE) -, atuando nas linhas de pesquisa: Mídia, Violência e Intolerância; Identidade, Política e Religião; Ação Coletiva e Políticas Públicas; Feminismo, Gênero, Raça e Etnicidade; História, Cultura e Narrativas; Gênero e Infância.

² MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 223.

³ BURITY, Joanildo, A. **Globalização e Identidade: desafios do multiculturalismo**. Recife, I Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais, 1999, p. 02.

⁴ SEMPRINI, Andria. **Multiculturalismo**. SP, Edusc, 1999, p. 09.

Vázquez (2003) sinaliza para a criação de um projeto político baseado na valorização positiva da diversidade cultural o que alude ao respeito às identidades não como reforço ao etnocentrismo, mas, como caminho para a coexistência, a convivência entre grupos diferentes, para o respeito às minorias tanto nacionais como globais⁵.

Assim sendo, ante um cenário mundial globalizado, plural do ponto de vista das opções religiosas, sexuais, étnicas etc., cenário este que pede a tolerância e o respeito às diferenças, ao Outro(s) dessemelhante(s), que pede igualmente reparações históricas para com demandas marginalizadas que reivindicam vez e voz dentro das sociedades, faz-se relevante analisar os discursos sobre a *prostituição*, instituição marginalizada há vários séculos que faz sobreviver pessoas que, por viverem do sexo, são comumente consideradas como impuras, sofrendo preconceito e intolerância social⁶.

Neste aspecto de relações marcadas pela intolerância social com minorias excluídas historicamente, especificamente no caso desse artigo, fruto dos primeiros resultados de pesquisa que vem sendo desenvolvida pela UFRPE: Unidade Acadêmica de Serra Talhada com prostitutas e crianças e adolescentes do sexo feminino da localidade, o que pretendemos sublinhar, levando em consideração o contexto atual com seus debates sobre globalização e diversidade é a perspectiva de tolerância que aqui não implica no fato de que tolerar deve significar o suportar o Outro(a) diferente, mas sim, admitir que a verdade desse Outro(a) possa estar em outro lugar que não naquele em que nós fomos acostumados(as) a vislumbrar pois, a idéia de tolerância transpõe um limite crítico com a crise da idéia de verdade na medida em que a antipatia às convicções alheias devem ser contrabalançadas⁷.

Por outro lado, a tolerância significando e reconhecendo o fato de que o Outro(a) tem direito a ter uma verdade diferente da nossa, não implica em aceitar tudo. Como salienta Bobbio, a tolerância tem seus limites posto que:

[...] existem a tolerância e a intolerância boas e a tolerância e a intolerância ruins. Elas formam pares opostos de valores de forma cruzada, ou seja, a tolerância boa opõe-se à intolerância ruim e a intolerância boa opõe-se à tolerância ruim. Vejamos. Quando defendemos os valores da liberdade, respeito às diferenças culturais e convivência pacífica, estamos nos referindo à tolerância em sentido positivo e rejeitando atitudes de preconceito e de todas as formas de exclusão do diferente que constituem a intolerância em sentido negativo. Por sua

⁵ VÁZQUEZ, Carlos, M. A. Globalización y Multiculturalismo: son posibles las democracias multiculturais en la era del globalismo?. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**: Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98, Vol. VII, Núm. 135, 15 de febrero de 2003, p. 11.

⁶ BANDEIRA, Élcia de T. **Mulheres nas Marginais da Vida pública e da Vida Privada do Brasil**. Recife, UFPE, IN Anais do 7º Simpósio Internacional Fazendo Gênero, Simpósio Temático 12, 2006, p. 01 a 03.

⁷ RICOUER, Paul. “Etapa Atual do Pensamento Sobre a Tolerância”. In ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS (Org.ª). **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2000, p. 22.

vez, a tolerância negativa veicula sentidos de indiferença diante do outro, condescendência ante o erro, indulgência com a opressão, tudo em nome de uma tranquilidade de vida descompromissada. A denúncia desta e a sua oposição significam defender a intolerância em sentido positivo: aquela que revela a firmeza nos princípios, isto é, que defende a justa exclusão de tudo aquilo que provoca opressão e desigualdades sociais⁸.

Destarte, a partir dessa perspectiva de tolerância/intolerância negativas e positivas, evita-se cair nas armadilhas do relativismo, não tolerando o que fomenta a opressão, a exclusão, o abuso e a violência como acontece, por exemplo, nos casos específicos da exploração sexual infanto-juvenil.

2. Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Brasil: políticas públicas de enfrentamento

A violência sexual que acomete atualmente crianças e adolescentes no Brasil é um fenômeno social histórico de múltiplas dimensões - sejam elas psicossociais, econômicas, culturais etc. - que assume especificidades distintas nos diversos contextos. Contudo, de modo mais genérico, podemos afirmar que seu caráter humilhante ocorre principalmente por conta da situação de miserabilidade e vulnerabilidade em que crianças e adolescentes se encontram, vivendo em localidades onde as questões de trabalho, renda e moradia não estão acessíveis a todos(as)⁹. Nestes casos, a violência abrange a exploração comercial que é praticada por pessoas que exercem de alguma forma autoridade sobre as vítimas, sendo esta autoridade familiar ou não:

A exploração sexual caracteriza-se pela intenção do lucro, seja financeiro ou de outro gênero, incluindo a prática sexual mediante pagamento de qualquer espécie. Assim, o abuso sexual e a exploração têm a mesma natureza de violação de direito fundamental, com graves danos físicos, psicológicos e sociais. Em geral as duas práticas aparecem mescladas e interligadas¹⁰.

Dados revelados pelo SIPIA – Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência –, coletados nos Conselhos Tutelares, revelam que em nosso país os principais violadores(as) dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes são seus familiares:

Até julho de 2002, do total das violações computadas pelo SIPIA, 57% haviam sido cometidas pelo pai, pela mãe ou por outra pessoa detentora da guarda da criança. Uma pesquisa do Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual - CERAS, do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e

⁸ Cit. em CARDOSO, Clodoaldo. M. **Tolerância e Seus Limites**: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 164 e 165.

⁹ AURINO, Ana L. B.; VIEIRA, Maria do S. & Outras. Expansão e Avaliação do Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR – em Municípios da Paraíba. In **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS** São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007, p. 01 e 02.

¹⁰ ID.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da USP aponta informações na mesma direção: do total de 84 casos de abuso sexual atendidos no período de 1993 a 1999, cerca de 53% ocorreram entre pais e filhos, sendo que o pai biológico estava envolvido em 38,2% das ocorrências¹¹.

Neste sentido, ações públicas que visassem combater esse tipo de situação começaram a ocorrer no Brasil já desde 1990 quando o governo federal, preocupado com essa questão, criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Juizado da Infância e Juventude e os Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares. Assim, um amplo sistema de garantia de direitos foi sendo estruturado no país com o objetivo precípuo de dar suporte a uma rede governamental e não-governamental de execução de políticas de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual¹².

De acordo com Aurino, Vieira & Outras (2007) um dos grandes entraves ao fortalecimento dessas ações advém do fato de como articular essa rede nacional que compõe o Sistema de Garantia de Direitos. Tentando dar conta desse desafio é que em 2003 foi implantado o PAIR, que é o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no território brasileiro. Entre os principais objetivos desse programa temos os de:

Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando o desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais; e, Desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento a violências sexuais contra crianças e adolescentes, que possam ser estendidas para outras regiões brasileiras, a partir de ações referenciais¹³.

O PAIR se estrutura através de uma articulação e mobilização institucional que parte de um diagnóstico rápido e participativo, no qual seminários para a construção de planos operativos locais são elaborados por meio da capacitação de operadores de redes de atendimento, de assessoria técnica e de monitoramento e avaliação de pactos da sociedade¹⁴. Em atuação acerca da exploração sexual infanto-juvenil em municípios da Paraíba, por exemplo, a importância das ações do PAIR é significativa tendo em vista a identificação que faz das causas principais que geram esse problema:

João Pessoa é uma cidade de grande porte, com uma população 100% urbana de 638.614 habitantes (IBGE, 2004). Não obstante os indicadores sociais relativamente melhores do que os demais municípios do estado (1º. lugar no estado em índices de desenvolvimento humano e o 9º. na região) a cidade convive com o problema da violência sexual contra criança e adolescente e suas conseqüências, da mesma forma que os demais capitais do país. As causas desse problema é o

¹¹ ID.

¹² IBID., p. 04 e 05.

¹³ Presidência da República, 2006.

¹⁴ AURINO, Ana L. B.; VIEIRA, Maria do S. & Outras. Expansão e Avaliação do Programa de Ações Integradas e Referencias de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR – em Municípios da Paraíba. In **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS** São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007, p. 06.

primeiro passo para a seguir se desenvolver ações de combate¹⁵.

Destarte, esses dados e ações públicas revelam a fragilidade de condição de vida de muitas crianças e adolescentes no Brasil, fragilidade esta que obrigou o Estado a interferir no âmbito privado das relações familiares através da criação de leis de defesa e proteção dessas crianças e adolescentes, leis que devem ser cumpridas com o fim de efetivar uma ampla política de cidadania. Neste aspecto é que estamos investigando o caso de Serra Talhada com o objetivo premente de evidenciar esse tipo de violência e de colaborar, a posteriori, na elaboração de políticas públicas que possam combater e enfrentar a exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes.

3. O Nível de Intolerância à Prostituição e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil Feminina em Serra Talhada

O município de Serra Talhada fica localizado na parte setentrional do Sertão do Pajeú, possuindo uma população total que gira em torno de 70.912 pessoas; destas 49.605 habitam a zona urbana e 21.307 a zona rural, sendo 40.855 consideradas pessoas alfabetizadas¹⁶. Lá as principais atividades econômicas situam-se entre a agricultura, a pecuária, a silvicultura, o comércio, a indústria e a prestação de serviços¹⁷. Nesta cidade a violência praticada contra as mulheres, seguida da impunidade, tem se manifestado em grande escala. Vários dados dão-nos conta disso: primeiro, podemos mencionar o fato de em pleno século XXI, ainda não existir no município uma delegacia de mulheres que possa atender as queixas acerca de agressões que são praticadas contra pessoas do sexo feminino na localidade. Segundo, mesmo não existindo tal delegacia, o registro de denúncias sobre a violência de homens contra mulheres na única delegacia existente na área, que atende também municípios circunvizinhos – a 21ª Unidade Seccional de Polícia Civil - é bastante preocupante.

Assim, segundo dados obtidos junto à 21ª U.S. P. C. de Serra Talhada e que vão desde agressões físicas, homicídios, difamações, calúnias, a tentativas de estupros, no ano de 2004, por exemplo, tivemos em Serra Talhada, como um todo, **321 casos** registrados, sendo os mais graves relacionados às agressões físicas - 179 casos - e às ameaças de morte – 89 –, tendo ainda sido registrado 01 caso de homicídio¹⁸. Esses números indicam que pelo menos um caso de agressão contra a mulher ocorre nesse município por dia e de acordo com a própria delegacia, estes números não refletem de fato a realidade, pois na prática todos sabem que o número de dados criminais é

¹⁵ IBID., p. 4.

¹⁶ IBGE, 2000, p. 38 e 39.

¹⁷ MME, 2005, p. 15.

¹⁸ 21ª Unidade Seccional de Polícia Civil de Serra Talhada, 2007.

muito maior, tendo em vista o medo que as mulheres tem de prestar queixas e denunciar seus agressores. No ano de 2005 e 2006 esses números continuaram altos, pois foram registrados respectivamente **297** e **187 casos**¹⁹; a pequena baixa de registro no ano de 2006 que se observa se deu devido ao fato da delegacia ter entrado em greve do período de carnaval até o recesso da páscoa, o que inviabilizou as denúncias das vítimas²⁰.

Se as agressões praticadas contra as mulheres ditas do “lar” em Serra Talhada expõem um índice elevado, imagine as agressões praticadas contra aquelas mulheres que não são tidas como do “lar” e contra crianças e adolescentes do sexo feminino que sobrevivem da exploração sexual infanto-juvenil?

No Brasil, a problemática da prostituição e da exploração sexual infanto-juvenil tem se revelado de várias formas; uma das formas mais cruéis refere-se ao tráfico de mulheres, de crianças e adolescentes. Em pesquisa do SOS Corpo (2003) sobre as rotas de prostituição e exploração foi constatado que, no Estado de Pernambuco, especificamente, o tráfico de mulheres é alto, constituindo-se num problema social sério que tem origens remotas, posto que se inicia com a escravidão. Também foi observado que as causas estruturais desse tráfico são antigas, pois advêm da pobreza “[...] vinculada às desigualdades de gênero, que colocam as mulheres em uma posição de grande desvantagem em relação aos homens”²¹.

Dentro desse tema da prostituição e da exploração sexual infanto-juvenil no que se refere, em especial, ao caso de crianças que fogem de casa por maus-tratos, miséria, fome..., destacamos, em relação às meninas, a situação daquelas que são violentadas, estupradas por uma pessoa de dentro da própria casa, como um pai, padrasto, amigo, irmão ou parente próximo. Especificamente em Serra Talhada, onde se está realizando pesquisa sobre esse tema, estabelecemos contato com o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social Serviço Sentinela – que existe lá, observando que tal Centro, em parceria com o governo federal, estadual e municipal, tem como meta principal trabalhar neste município com a identificação das causas da prostituição e exploração sexual, para em seguida combatê-las.

Assim, em entrevista realizada com a coordenadora desse Centro de Referência, a psicóloga Edvanda Lima (2007), foi asseverado que o projeto começou em 2001 em Serra Talhada, tendo sido elaborado a partir da constatação feita por um relatório, realizado a pedido do governo federal, que expôs que, entre os Estados brasileiros, Pernambuco encontrava-se em 2001 em

¹⁹ ID.

²⁰ ID.

²¹ PORTELLA, Ana. P. **Rotas da Exclusão**: tráfico de mulheres e exploração sexual em Pernambuco. Recife, SOS CORPO, 2003, p. 63.

terceiro lugar no que se refere à questão da exploração infanto-juvenil e da prostituição (só perdendo na época para a Bahia, primeira colocada, e o Ceará) e, dentro do Estado pernambucano, a cidade de Serra Talhada localizava-se como uma das cidades mais tocadas por essa problemática²².

Diante disso foi que o projeto começou no município com muitas dificuldades - encontrando-se entre as mais graves o enfrentamento da intolerância, do preconceito e do machismo - constatando que a maioria dos casos de abuso e de exploração sexual infanto-juvenil feminina, evidenciados no local, começava geralmente em casa, onde a menina era violentada por uma pessoa próxima e, por conta de toda uma situação de miséria e de falta de aparato legal, institucional e educacional, ela comumente optava por sair de casa e ir para a rua ser explorada, preferindo ficar sob a “proteção” de um comerciante do sexo que sob a guarda dos pais²³.

Ainda, segundo a psicóloga, não existe, na sociedade serra-talhadense, sensibilidade no trato dessa questão, passando a menina violentada e, depois explorada sexualmente, a ser estigmatizada, sofrendo atitudes de preconceito, intolerância e violência. A mentalidade machista reinante entre a maioria dos homens e das mulheres no município dificulta a inserção dessa menina violentada na sociedade que, sem opção, acaba entrando na rota da exploração sexual²⁴. De acordo ainda com esse Centro, essas meninas, em média de 80%, não concluem seus estudos, posto que não conseguem superar o preconceito existente nas escolas, inclusive dos educadores; migram para cidades vizinhas, onde também são vítimas da exploração sexual, e por isso não acompanham o calendário escolar; muitas delas são arrimo de família e essa situação não lhes permite tempo e condição financeira para permanecer na escola; a gravidez precoce também é um fator limitante²⁵.

Além disso, outros dados importantes verificados referem-se primeiro, ao fato de que em média de 90% dos casos de meninas atendidas pelo Centro, estas, após abandonarem a exploração sexual, não conseguem inserção no mercado de trabalho formal, migrando comumente para outra forma de exploração em que vão trabalhar como empregada doméstica, recebendo de remuneração um salário que varia entre 30,00 a 70,00 reais mensais. Segundo, a maior parte delas acaba se juntando, para constituírem famílias, a homens envolvidos com o tráfico de drogas e outros crimes; e terceiro, a maior parte dessas meninas passa a sofrer vários tipos de preconceitos dos mais diversos segmentos da sociedade, o que dificulta o combate à exploração assim como a reintegração

²² OLIVEIRA, Aurenéa, Maria de. Globalização, Multiculturalismo, Pluralismo e Diferença: a intolerância praticada contra as prostitutas e as crianças e adolescentes exploradas sexualmente no município de Serra Talhada. NASCIMENTO, C. A. & GRILLO, M. A. de F. (organizadoras) In **Cultura, Gênero e Infância: nos labirintos da História**. Recife-PE, Editora Universitária da UFPE, p. 165.

²³ ID.

²⁴ ID.

²⁵ ID.

delas à sociedade²⁶.

Confirmando essas conclusões verificadas pelo CREAS, temos observado em Serra Talhada, através de entrevistas realizadas e de pesquisa de campo, que a relação baixa escolaridade, baixa renda e classe social caminham lado a lado, estimulando o desenvolvimento da prostituição e da exploração sexual, com tal prostituição e exploração estando próxima também do tráfico de drogas e da gravidez precoce²⁷. Outro fato confirmado é o estigma que a profissional de sexo e a menina/adolescente violentada e explorada passa a sofrer na cidade. Tal estigma, considerado por Goffman (1963) como um traço profundamente depreciativo que expressa uma linguagem de relações sociais que dão peso a certos atributos de modo bastante negativo²⁸, encontra suas raízes no machismo que é predominante na área, machismo este que percebe a criança abusada e explorada como culpada - tendo em vista que ela é tida como uma pessoa fraca, que não tem caráter exatamente por ceder ao caminho da exploração - e não como vítima²⁹.

Sobre a cultura serra-talhadense faz-se importante destacar a forte presença do machismo impregnado, sobretudo entre as mulheres. Em análise entre os gêneros mais intolerantes na cidade às profissionais do sexo e à criança e adolescente do sexo feminino explorada sexualmente - intolerância esta concebida como uma negação do Outro(a), essa negação alicerçada no não conceder a este Outro(a) o direito dele(a) ser diferente e encontrar a verdade noutro(s) lugar(es)³⁰ - tem sido verificado que as mulheres são mais intolerantes que os homens nessa relação à medida que vêm tais profissionais e crianças e adolescentes como suas rivais. Assim sendo, é muito comum em seus discursos a afirmação de que não concederiam emprego a elas porque não gostariam de vir a ter problemas futuros de traição com seus respectivos maridos.

As causas profundas desse machismo, arraigado na cultura dos serra-talhadenses, tem sinalizado, dentro de uma construção sócio-cultural, para a ideologia católica conservadora que

²⁶ ID.

²⁷ Em 28 entrevistas com profissionais do sexo na cidade verificamos que todas elas possuem baixa renda e escolaridade. Com crianças e adolescentes constatamos a mesma coisa, ou seja, em 08 entrevistas realizadas até o momento com meninas menores (04 entre adolescentes de 12 a 18 anos e 04 entre meninas abaixo de 12 anos) vítimas de abuso sexual e que passaram a ser exploradas sexualmente constatamos que em todos os casos a renda e a escolaridade delas eram mínimas. Verificamos também que a maioria se droga, passando algumas a exercer a atividade do tráfico de drogas paralelamente à da venda de seus corpos. Entre as adolescentes a gravidez precoce é muito comum. Nestes casos, elas abortam ou então geram filhos(as) que não têm condição de criar e que fatalmente seguirão rumo a algum tipo de marginalidade social. A rota principal da exploração sexual na cidade ocorre nos dias de feiras e nas estradas e rodovias que dão acesso a Recife e a outras cidades de grande porte.

²⁸ GOFFMAN, Erving. 1963. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. RJ, Editora Guanabara, 1998, p. 13.

²⁹ Em 22 entrevistas até então realizadas com vários gêneros na cidade, entre eles mulheres (8), homens (8), homossexuais masculinos (4) e travestis (2), têm-se observado a presença fortemente enraizada desse tipo de discurso intolerante, especialmente entre os homens e as mulheres.

³⁰ OLIVEIRA, Aurenéa, Maria de. “Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados Multiculturais”. In **Estudos de Sociologia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 13, n° 1, p. 219 a 244, janeiro a junho de 2007.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

apoiou o golpe militar de 1964. Nas formações discursivas³¹ presentes nas falas da população da cidade, dividida por gênero, renda, classe social e nível educacional, encontramos significativamente a manifestação dessa ideologia em seus valores acerca da família e do papel da mulher. Neste aspecto, a mulher, mesmo tendo independência econômica, possui nesse imaginário, papel secundário no que se refere às tomadas de decisões posto que é de responsabilidade dela a função de manutenção do casamento e do lar.

Assim finalizando, sublinha-se a importância de se trabalhar a tolerância e de se buscar aceitar e saber lidar com as diferenças entre setores estigmatizados como no caso das profissionais do sexo e das crianças e adolescentes exploradas sexualmente, pois, embora fatores como a baixa renda, classe social e escolaridade se apresentem ligados ao desenvolvimento da prostituição e exploração, não podemos, todavia, negligenciar a responsabilidade social da população que ao enxergar marginais nesses segmentos e não pessoas, praticam uma violência simbólica que em muitos casos incentiva a prática também da violência física.

³¹ Por formação discursiva Eni P. Orlandi (1999) define "... o sentido que não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas". ORLANDI, Eni, P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 1999, p. 42 e 43.